

APRESENTAÇÃO

Segundo o inventor de língua de brincar Manoel de Barros (2016), as palavras possuem deslimes, transcendendo, muitas vezes, seus sentidos gráficos. Para o poeta, o vazio também completa, órgãos de morrer podem predominar em vida, ouve-se o tamanho oblíquo de uma folha e a independência, muitas vezes, está algemada. O encantador de palavras busca demonstrar a importância das coisas ínfimas, do cotidiano escondido, das coisas supostamente inexistentes, do mundo das borboletas. Segundo o autor, para apalpar a intimidade do mundo, é preciso desaprender 8 horas por dia e desinventar objetos. Mesmo porque “as coisas não querem mais ser vistas por pessoas razoáveis”.

Se nem as coisas querem ser vistas por pessoas razoáveis, imaginem as vidas humanas e não humanas. É exatamente preocupada no deslimite das palavras científicas que a edição 2018.2 da Revista *Videre* apresenta-se às comunidades nacional e internacional. São pesquisas que se comprometem com a “outra”, o “outro”, os condenados, os vazios, as vidas interrompidas, os sonhos vilipendiados e o Brasil democrático. Os estudos que serão lidos são grafias de homens e mulheres que escolheram dedicar suas vivências aos estudos, aos muitos deslimes do viver.

O lançamento dessa nova edição da Revista *Videre* está inserido em um tempo e espaço conturbado da sociedade brasileira, principalmente para aquelas e aqueles que acreditam na poesia, no Estado Democrático de Direito, nos Direitos Humanos e na educação pública de qualidade e sem amarras. O ano de 2018 trouxe à tona um Brasil dividido por projetos civilizacionais antagônicos, principalmente no que tange ao enfrentamento à desigualdade social, à utilização dos recursos naturais, aos direitos previdenciários e trabalhistas, à liberdade de cátedra, à defesa do Estado Laico e à efetivação dos Direitos Humanos e Fundamentais.

Este ano revelou-se um emblemático espaço temporal; ao mesmo momento, o projeto de sociedade engenhado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 completa 70 anos e a Constituição Federal de 1988 completa 30 anos. Na via inversa, há uma forte negação a estes textos, em especial aos mandamentos nucleares que estruturam a democracia e a dignidade das muitas vidas.

Para Rubens Casara (2017), o Brasil adentra o que aquele chama de “Estado Pós-Democrático” por meio do neo-obscurantismo e da gestão dos indesejáveis. Na pós-democracia, os institutos da democracia não desaparecem por completo, mas perdem sua essência, seu núcleo humanístico. “A democracia persiste como uma farsa, uma desculpa que justifica o arbítrio”. Nesse mesmo sentido, Boaventura de Sousa Santos (2016) afirma que “Vivemos em democracias de baixa ou muito baixa intensidade que convivem com regimes sociais fascistas. Daí o meu diagnóstico de que vivemos em sociedades que são politicamente democráticas mas socialmente fascistas”. Enfrentar cientificamente a história do tempo presente não é tarefa fácil, mas é tarefa imprescindível, que vem sendo executada por aqueles e aquelas que não se curvam às práticas antidemocráticas e desumanas da onda conservadora que alaga nações.

Em seu nono ano editorial, a Revista *Videre* traz em sua capa uma singela homenagem ao pintor, entalhador e escultor sul-mato-grossense, Ilton Antunes Silva que nos deixou no ano de 2018. De infância humilde, o artista plástico cresceu em contato com a natureza, a dificuldade do cotidiano e a multiplicidade da vida, o que lhe permitiu edificar um universo



simbólico em que cores, mulheres, animais, folhas, bugras, corpos desformes encontram-se para comunicar o inconsciente coletivo. O pintor traça suas linhas em óleo sobre tela, utilizando de espátulas, tampas de caneta, cartões telefônicos, objetos outros e os pinceis. O artista nasceu na região de fronteira, em Ponta Porã - MS, no ano de 1944. É filho da união de Conceição Freitas da Silva, famosa artista do Mato Grosso do Sul por esculpir bugres e do funcionário público Abílio Antunes. Ilton Silva viverá para sempre no Mato Grosso do Sul por meio do seu colorido estado da arte.

Como em todas as demais edições, a Revista Videre apresenta temas de relevância social, como: o agronegócio por meio de uma análise contra-hegemônica, biodiversidade, Direitos Humanos, interfaces entre a Antropologia e o Direito, o pensamento desconstrucionista e descentrado de Jacques Derrida, saúde coletiva e gestão urbana de resíduos sólidos, cuidados paliativos e autonomia do paciente terminal, segurança por liberdade, criptomonedas, medidas cautelares diversas da prisão preventiva, processo de instalação do regime de loja franca, análise da ADPF 54 e do HC 124.306, refugiados e conflitos internacionais, nacionalidade originária e a dupla nacionalidade, estética da fé e os ecos de uma democracia encurralada, o refúgio no sistema internacional, gênero, globalização e as relações de poder.

Patrícia Spagnolo Parise Costa (UniRV) e Estefânia Naiara da Silva Lino (UniRV) desenvolvem a pesquisa “O agronegócio no Brasil: uma análise contra-hegemônica voltada à sustentabilidade e ao direito ao desenvolvimento”. As autoras buscam responder os seguintes questionamentos: “será que, de fato, o agronegócio atende aos preceitos legais voltados à sustentabilidade e ao desenvolvimento em todas as suas esferas? Qual o papel do Estado e do Direito neste processo de preservação dos direitos humanos?”

Maria Cristina Vidotte Blanco Tarrega (UFG) e Ana Sofia Alencar Lambert (UFG) apresentam o artigo “Tutela jurídica dos arranjos produtivos locais e exploração da biodiversidade em Goiás: a proteção da propriedade intelectual como mecanismo de desenvolvimento das comunidades tradicionais”. O estudo busca analisar o direito de propriedade intelectual como instrumento possível de emancipação das comunidades tradicionais no Estado de Goiás.

Lara Santos Zangerolame Taroco (FDV) e Ana Cecília Sabbá Colares (UH) desenvolvem a pesquisa intitulada “*Women’s rights under universal protection and international human rights treaties: dialogues between global and local*”. O estudo apresenta os tratados internacionais de maior impacto à proteção às mulheres, destacando-se a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação, e como os mesmos se irradiam pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Luana Renostro Heinen (UFSC) e Marcel Mangili Laurindo (UFSC) propõem o artigo nomeado “Interfaces entre a Antropologia e o Direito: uma discussão sobre o *anti anti-relativismo* de Clifford Geertz”. A pesquisa de valorização interdisciplinar se propõe a demonstrar às Ciências Jurídicas que a Antropologia pode contribuir sobremaneira para a análise teórica dos fenômenos jurídicos como produtos da cultura.

Noli Bernardo Hahn (URI) apresenta o artigo “O pensamento desconstrucionista e descentrado de Jacques Derrida: um desafio epistemológico no combate a fundamentalismos e totalitarismos”. Usando como teórico Derrida, o autor busca compreender em que consiste a desconstrução da racionalidade logocêntrica e a afirmação de uma racionalidade descentrada. Assim, expõe pautas atuais como o combate à tirania das normas, a percepção das alienações políticas da linguagem e a luta contra a dominação dos estereótipos.

O professor da UFGD e pró-reitor de Gestão de Pessoal Caio Luis Chiariello intitula seu estudo regionalizado como “Políticas de saúde coletiva e gestão urbana de resíduos sólidos na fronteira: um estudo de caso em Porto Murtinho – MS”. De relevância ímpar, analisa a gestão dos resíduos sólidos e a sua contribuição para a saúde coletiva da população próxima ao lixão do Município de Porto Murtinho.

Taciana Damo Cervi (UFRGS) debruça-se sobre “Cuidados paliativos e autonomia do paciente terminal: reflexões sobre o testamento vital no Brasil”. A autora investiga o testamento vital no Brasil e os desdobramentos do atendimento de saúde quando o paciente estiver em circunstância de terminalidade de vida.

Marcelo de Azevedo Granato (USP) apresenta o artigo “Seguranças por liberdades”. A pesquisa demonstra o alargamento das atribuições do Estado a partir da “segunda geração” de direitos humanos.

Maurício Antonio Tamer (Mackenzie) nomina seu estudo de “As criptomoedas como mercadoria equivalente específica: uma breve leitura do fenômeno a partir da obra ‘O capital’, de Karl Marx”. O autor faz uma releitura da teoria das criptomoedas à luz dos conceitos dispostos na obra “O capital”, precisamente a partir das ideias relacionadas às duas funções do ouro, ao dinheiro e à circulação de mercadoria.

Brunna Laporte Cazabonnet (PUC-RS) intitula sua pesquisa de “A recepção das medidas cautelares diversas da prisão preventiva pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul”. O objetivo do artigo é compreender o instituto das medidas cautelares frente ao egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Roberto Mauro da Silva Fernandes (Unicentro) intitula seu trabalho de “O processo de instalação do regime de loja franca em Corumbá/MS (uma cidade em zona de fronteira): dilemas e possibilidades”. O artigo busca refletir sobre o processo de instalação do regime aduaneiro de loja franca no município de Corumbá/MS. Deste modo, o centro do debate passa pela zona de fronteira Brasil/Bolívia.

Janaína Reckziegel (UES) e Cassiane Wendramin (Unoesc) nomeiam seu trabalho de “Os fundamentos da autonomia para o Supremo Tribunal Federal nos julgamentos da ADPF 54 e do HC 124.306”. As autoras buscam retirar dos julgados os conteúdos principais dos votos, dando destaque ao possível conflito entre o direito à vida do feto e a autonomia da gestante, bem como averiguar se as conceituações de autonomia apostas pelos ministros referem-se à compreensão de autonomia privada.

Sérgio Luiz Cruz Aguilar (Unesp) e Mariana Moron Saes Braga (Unesp) denominam sua pesquisa como “Refugiados e conflitos internacionais: o caso da região dos grandes lagos africanos”. Objetivam apresentar e analisar a realidade da região dos grandes lagos africanos buscando identificar uma conjuntura diversa: a dos refugiados como causa de conflitos.

Jorge Luís Mialhe (Unesp) apresenta a pesquisa “A nacionalidade originária e a questão da dupla nacionalidade: *jus soli* e *jus sanguinis* em perspectiva histórica”. O artigo traz à tona a nacionalidade originária frente aos trinta anos da Constituição brasileira de 1988 e a questão da dupla nacionalidade. Apresenta, também, um resgate da proposta de dupla nacionalidade elaborada pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, em 1987, ignorada na redação do artigo 12 do texto original da Constituição de 1988 e posteriormente corrigida pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 7 de junho de 1994.

Lia Beatriz Teixeira Torraca (UFRJ) nomina sua investigação de “A estética da fé: ecos de uma democracia encurralada”. A autora, por meio de uma aproximação entre Recep Tayyip Erdogan, atual Presidente da República da Turquia, e Marcelo Crivella, Prefeito do Rio de Janeiro, demonstra que a fé é capaz de transformar a percepção social, trazendo uma onda de abertura ou fechamento do sistema social; uma *estética de fé* que pode ser capaz de modificar radicalmente as formas do estado e da democracia.

Sebastião P. Mendes da Costa (UFPI) e Carlos Alberto Molinaro (PUC-RS) dedicam-se a investigar “Crenças, Religiões e Estado de Direito”. O estudo busca estabelecer um diálogo entre o direito fundamental de liberdade religiosa e sua percepção com o direito cultural. Os autores sustentam que, no Estado Democrático de Direito, a religião deve conviver de forma harmônica com a igualdade, a dignidade da pessoa humana, a justiça social e o pluralismo intercultural.

Felipe da Veiga Dias (PUC-RS) e Tamiris A. Gervasoni (Unisc) desenvolvem o artigo “A insustentabilidade da visão tradicional sobre direitos humanos nas questões de gênero: a Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Rosendo Cantú y otra versus México”. Os autores buscam pesquisar a insustentabilidade da perspectiva tradicional sobre os direitos humanos frente às questões de gênero partindo da atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, sopesando uma decisão que versa a respeito de violência de gênero contra mulher, destacando a importância da teoria crítica dos direitos humanos e de a respectiva Corte atuar neste sentido.

Vanessa Alexsandra de Melo Pedrosa (UCP) e Luísa Vanessa Carneiro da Costa (UCP) aprofundam-se no estudo do fluxo migratório em face da globalização com o artigo “A globalização e seus efeitos nas relações de poder: questões acerca da migração e suas formas de exploração”, cogitando que o poder econômico é um fator preponderante ao tráfico de seres humanos e à exploração da migração.

Katarini Giroldo Miguel (UFMS) e Lynara Ojeda de Souza (UFMS) intitulam seu artigo “Jornalismo e Direitos Humanos: o agendamento do tema estupro no portal Campo Grande News (MS)”. As autoras apresentam a relevância dos meios de comunicação frente aos Direitos Humanos, dando ênfase à temática do estupro, e a influência da mobilização social nesse processo, sinalizando para as possíveis alterações que ocorrem no agendamento dos temas quando no ciberespaço.

Pedro Pulzatto Peruzzo (PUC-Campinas) apresenta a resenha do livro “Introdução ao estudo do Direito: humanismo, democracia e justiça”, de autoria de Eduardo Carlos Bianca Bittar.

São vinte artigos que arrematam o difícil ciclo de 2018. Quanto ao novo ano ímpar que se aproxima, 2019, repleto de incertezas e medos, desejo força, luta, resistência, esperança e poesia aos professores-pesquisadores, alunos, técnicos que acreditam na ciência desenvolvida pela Universidade Pública como corpo de conhecimento capaz de potencializar a democratização e a humanização da democracia. Resistiremos!

Pegue um café e boa leitura!

Verão, 21 de dezembro de 2018, Dourados – MS.

Tiago Resende Botelho
Editor da Revista *Videre*
Professor da FADIR - UFGD